

Mito da guerra nos Estados Unidos

Ana Paula Spini

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender aspectos do mito da guerra nos Estados Unidos, em uma abordagem que prioriza as dissensões internas acerca da legitimidade de uma guerra e os dispositivos midiáticos de criação do consenso nacional. Procura-se, assim, demonstrar que o mito da guerra é constantemente reformulado à luz da conjuntura internacional, da prática da guerra, da propaganda e da resistência interna às intervenções militares.

Palavras-Chave: Guerra; Estados Unidos; Mídia.

Abstract

The purpose of this article is to understand aspects of the myth of war in the United States, an approach which prioritizes the internal discords regard the legitimacy of a war and de mediatic devices for creating national consensus. It seeks, thus, to demonstrate that the myth of war is constantly reformulated in the light of the international conjuncture, the practice of war, the propaganda and the internal resistance to the military interventions.

Keywords: War; United States; Media.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender o mito da guerra nos Estados Unidos, a partir da análise da dissensão interna entre as visões dos intelectuais norte-americanos veiculadas pela imprensa e da produção de consenso por meio da mídia. Com isto, pretende-se demonstrar que a guerra, teoricamente unificadora dos cidadãos em torno da defesa da nacionalidade, é um recurso que, ao ser usado pelo governo norte-americano, deve ser por ele exaustivamente defendido para que se consiga a aprovação da maioria de seus cidadãos. (KADERA, 2003, p. 234-247)

Dois momentos foram escolhidos para a análise das visões concorrentes sobre a questão da legitimidade da guerra: o posterior aos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, e aquele que compreende a guerra do Vietnã (1961-1975). A guerra do Vietnã foi um marco na “deslegitimação” da guerra pela força da ideia de crime internacional, tendo levado à limitação da capacidade de intervenções militares dos Estados Unidos.¹ Os atentados de 11 de setembro de 2001, que desencadearam inicialmente a Guerra do Afeganistão, no mesmo ano, podem ser considerados um marco na nova forma de guerra do Ocidente. Caracterizada pela guerra de “pequenos massacres” e pela legitimação da guerra como o primeiro recurso justo a ser usado em caso de ameaças externas – reais ou imaginárias. Denominada doutrina da guerra preventiva, ou simplesmente Doutrina Bush, inverte a tradição ocidental de justificação de uma guerra como último recurso a ser usado em caso de conflito. (SHAW, 2002)

As polêmicas em torno da guerra se dão em meio à dualidade deste recurso, como demonstra James Oliver Robertson, ao falar do mito da guerra para os norte-americanos:

A guerra é sempre violenta, sanguinária e destrutiva. Mas as guerras americanas são travadas por grandes e boas causas, e seus efeitos são bons para a América. A Revolução criou a liberdade, a independência e a democracia. A Guerra Civil resultou em expansão da liberdade, a destruição da escravidão, o crescimento da força industrial e da riqueza, e a formação de uma nação poderosa e

¹ A emenda Case-Church de 1973 proibiu operações aéreas sobre a Indochina. O Congresso colocou limites para as operações da CIA em Angola e Moçambique, anos mais tarde, e, finalmente, a administração Carter se absteve de uma intervenção militar direta na Nicarágua e no Irã, de longa data estados, “clientes” de importância estratégica para os Estados Unidos. (VLASTOS, 1991)

unificada. Portanto, ambas foram guerras necessárias – e boas guerras. (ROBERTSON, 1994, p. 324)

A mitologia norte-americana da guerra tem como herança princípios, imagens e atitudes de duas guerras que marcaram a fundação e consolidação da nação, travadas em solo nacional. A mítica da guerra liga-se ao mito da fundação da nação. Contudo, a perspectiva adotada aqui consiste em considerar que o mito da guerra, mesmo se firmando em uma imagem idealizada dos campos de batalha e dos resultados políticos obtidos, está sendo constantemente reformulado à luz das conjunturas internacionais, da prática da guerra e da resistência interna às intervenções militares.

James Oliver Robertson nos apresenta três elementos da moderna mitologia da guerra, que os norte-americanos acreditam ser a lógica da guerra. Estes elementos são tanto explicações para as “guerras americanas”, quanto lições que se deve aprender. Um elemento é a crença de que a guerra é um instrumento do progresso norte-americano. Positiva, a guerra traz união, eficiência, prosperidade, segurança e vitória. Se travada com total dedicação, resulta em poder, crescimento, prestígio e o cumprimento do destino americano no mundo.

Outro elemento é a crença que a guerra é caótica e destrutiva. É algo infernal que destrói os ideais norte-americanos e a democracia, produz um imperialismo e militarismo abomináveis e perverte a independência americana e o destino da América no mundo. É totalitária, destruidora do individualismo em nome da unidade. É para ser temida e evitada.

O terceiro elemento é, segundo o autor, a crença de que a guerra é uma experiência parentética (parenthetical experience). Isto porque a princípio deve ser evitada, mas, uma vez iniciada, deve contar com a dedicação de todos para um fim rápido e eficiente, para que a paz, a independência e a democracia possam retornar. Segundo o autor, tais elementos não são, para os norte-americanos, excludentes entre si. Acreditam que a guerra é progressista, ruim e parentética ao mesmo tempo.

Ainda que a experiência parentética pareça ser aquela que aglutina as outras posições – de repúdio e aceitação da guerra – os depoimentos a seguir relativizam a

proposição de que estes elementos não sejam excludentes entre si. Para alguns norte-americanos estes elementos são excludentes entre si. Temos posições claramente não intervencionistas, características de personalidades da Nova Esquerda como Noam Chomsky e Howard Zinn, e claramente intervencionistas, característica de um discurso conservador, como o do jornal *The New York Times* na primeira fase da Guerra do Vietnã, e do ensaísta Jacob Weisberg, logo após os ataques de 11 de setembro.

2. A “guerra” em disputa na América; algumas visões concorrentes.

2.1. O 11 de Setembro; entre a tradição e a reformulação da guerra.

A primeira guerra do século XXI teve feições absolutamente novas e diferentes daquelas que ocorreram no século XX e que hoje são chamadas de “guerras convencionais”. Pela primeira vez, desde 1812², o território norte-americano foi atacado por um inimigo externo, e o ataque não partiu de um Estado-nação, mas de uma rede terrorista formada por graduados – no ocidente – homens-suicidas do fundamentalismo islâmico espalhados pelo mundo inteiro. O ataque promoveu uma comoção mundial e devolveu à maioria dos norte-americanos a confiança no governo, confiança que não foi a mesma desde a década de 60, em função de uma série de fatores como a Guerra do Vietnã, a elevação dos índices de criminalidade, o aumento do aparato burocrático, a diminuição drástica do ritmo de crescimento econômico na década de 70, o aumento da inflação, a crise energética, o aumento do desemprego, que minavam a ideia de ascensão constante do padrão de vida de cada norte-americano.

² Guerra de 1812 (1812-1815) entre os Estados Unidos e a Inglaterra ocorrida na região da Baía de Chesapeake e ao longo do Golfo do México. Para maiores informações cf: *The War of 1812*. Disponível na internet no endereço: www.gatewayno.com/history/war1812.html com acesso em 30/05/2005. Para Noam Chomsky os ataques a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 não podem ser considerados ataques ao território nacional e sim a colônias norte-americanas, ainda que os Estados Unidos prefiram, segundo o autor, chamar o Havaí de território. Cf: CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. p.12.

Segundo Jacob Wiesberg, ensaísta americano, houve, nas duas últimas décadas, a evolução do movimento antigoverno nos Estados Unidos, levando os políticos a firmarem posição como pessoas estranhas a Washington.

A vida em Washington foi assolada por uma espécie de autorrepúdio. Políticos antigoverno faziam o papel de missionários devotos em um território pagão. O caráter pecaminoso desse território não podia se refletir neles em nenhum aspecto.

Mesmo depois do atentado a bomba na cidade de Oklahoma em 1995, um assassinato em massa cometido por um fanático antigoverno, todo um vocabulário destinado a zombar da sede do poder nacional continuou em vigor. Washington designava um local de “políticos de carreira” [que] esbanjavam “os dólares suados dos impostos do povo” em “soluções estereotipadas” – aquilo que o presidente George W. Bush, até pouco tempo atrás, preferia chamar de “soluções de Washington”. Um amigo meu gostava de brincar dizendo que a palavra “Washington” se tornara mero sinônimo de “ruim”, a tal ponto que se poderia perfeitamente dizer: “aquela ostra Washington que comi me fez muito mal. (WEISBERG, 2001, p. 122-124)

Esta posição tanto está ligada à tradição tão antiga quanto a república de repúdio ao poder central, verificada na tensão entre federalistas e antifederalistas, quanto ao ceticismo e descrença popular acerca da idoneidade do homem público. Uma pesquisa realizada pela Time/CNN em setembro de 1994 mostrou que apenas 17% da população acreditava que os políticos de Washington fazem o que é certo. (SCOTT, 1996)

No extremo, a descrença no poder central tem feito surgir, ao longo da história dos Estados Unidos, movimentos de extrema direita que reclamam o abandono do que consideram a verdadeira vocação democrática da América. Ressentem-se de um aumento do poder de governos que permitem a entrada de estrangeiros e do crescimento do poder de minorias que não se adaptam aos valores tradicionais daquela sociedade. Consideram a diversidade cultural, em crescente reconhecimento nos Estados Unidos, como um desvio que tem causado degradação moral. (PECEQUILLO, 2003, p. 265-366)

Mas o repúdio coletivo ao governo diminuiu radicalmente após 11 de setembro, segundo Weisberg. Bombeiros e policiais – funcionários do governo – tornaram-se heróis nacionais e eram aplaudidos de pé por clientes de restaurantes de Nova Iorque. As anteriormente suspeitas “soluções de Washington” tornaram-se vitais para a sobrevivência do país:

O governo federal é visto, agora, não só como capaz, mas como dotado de capacidade sem paralelo para cumprir uma grande variedade de tarefas urgentes: combater nossos inimigos no exterior, é claro, mas também estimular nossa economia em declínio, salvar empresas aéreas da bancarrota, reconstruir as ruínas de Nova York, proteger-nos da guerra biológica e devolver a segurança ao espaço aéreo. A velha piada de Reagan sobre as dez palavras mais assustadoras da língua inglesa – “Oi, eu sou do governo e estou aqui para ajudar” – já não é mais uma piada. Ao contrário, tornou-se, literalmente, a atitude dos republicanos ao percorrer os escombros onde ocorreu a devastação ou visitar suas vítimas. Agora eles se orgulham de ser parte do governo. A par dessa atitude empreendedora, vem um sentimento novo e vigoroso de autoestima. [grifos nossos] (WEISBERG, 2001, p. 122-124)

A partir deste depoimento tornam-se possíveis os seguintes apontamentos: a política como pregação é imbuída de um caráter religioso; a guerra contra o inimigo é necessária, sobretudo porque é santa; uma tragédia pode devolver a crença na eficácia do governo se este se apresenta empreendedor e identificado com o povo; a atitude positiva, empreendedora do governo, produz um sentimento de autoestima renovado na população; o pronome nós aponta para a unificação da nação contra o agressor externo.

O seguinte depoimento, de Noam Chomsky, linguista, professor e ativista político que combate a política externa norte-americana, concorre com o depoimento anterior:

Os ataques terroristas foram atrocidades sem tamanho. Em escala, eles podem não alcançar o nível do bombardeio do Sudão a mando do presidente Bill Clinton, sem pretexto de credibilidade, destruindo metade de seus suprimentos farmacêuticos e matando um número incontável de pessoas – ninguém sabe ao certo porque os Estados Unidos bloquearam uma investigação da ONU e ninguém se incomoda em tentar retomá-la.[...] Mas que isso foi um crime horrendo não há dúvida. As vítimas primárias, como sempre, foram

trabalhadores: zeladores, secretárias, bombeiros. Provavelmente será um golpe duro contra os palestinos e outros povos pobres e oprimidos. É também provável que leve a medidas de segurança mais severas, com muitas possíveis ramificações negativas para as liberdades civis e a liberdade interna.

Os eventos revelam, dramaticamente, o disparate que é o projeto do escudo antimísseis. [...]

Mas os eventos desta semana, muito provavelmente serão explorados para aumentar a pressão no sentido de desenvolver esses sistemas e pô-los em funcionamento. [...]

Em suma, o crime é um presente para a direita chauvinista, aqueles que esperam usar a força para controlar seus domínios. Isto está até pondo de lado as prováveis ações americanas, e o que elas desencadearão – possivelmente mais ataques como este, ou pior. [...](CHOMSKY, 2001, p.3)

Os apontamentos aqui são diametralmente distintos do anterior: os ataques americanos a países pobres, mais graves do que o sofrido em 11 de setembro, não são passíveis de investigação – estão acima do bem e do mal; as tragédias cumprem a função de salvo conduto para as ações violentas da direita chauvinista; as grandes vítimas das ações de retaliação são os povos pobres e oprimidos e trabalhadores e não americanos de uma maneira geral.

Para Chomsky há duas alternativas de reação dos americanos aos ataques: tentar entender as causas do crime – e aí destaca-se uma corrente que defende a revisão da política externa norte-americana – ou acreditar que esta é uma guerra da democracia contra o terror.

Temos, assim, ao menos dois pontos de vista concorrentes a respeito da forma de reagir dos norte-americanos aos ataques. Para Weisberg, são os americanos contra os agressores – reafirma-se o nacionalismo xenófobo. Para Chomsky reafirma-se a truculência da política externa norte-americana. O nós assume, no segundo caso, um tom de responsabilidade pelo futuro de paz ou manutenção do terror, enquanto que no primeiro, o nós volta-se para o resgate do bem-estar da nação norte-americana no mundo. A primeira retórica é nacionalista, mostra-se confiante nas ações do governo republicano, enquanto que a segunda não tem um caráter nacionalista, já que mostra uma preocupação com a paz mundial, com outros povos e

com os trabalhadores, e não com os americanos. Temos, enfim, duas visões polarizadas do 11 de setembro: da direita nacionalista e da esquerda internacionalista.

Contudo, ser a favor ou contra a guerra são posições que não podem ser definidas apenas em termos ideológicos que opõe esquerda e direita. Neste sentido as proposições de Robertson são pertinentes para identificarmos as posições cambiantes.

Em um artigo publicado no periódico *The Progressive*, Howard Zinn, aponta, alarmado, o fato de que defensores da guerra contra o Afeganistão, após os ataques de 11 de setembro, como sendo uma “guerra justa”, não podem ser identificados apenas com a direita norte-americana:

[...] vozes do espectro político, incluindo vários de esquerda, têm descrito isto como uma “guerra justa”. Um antigo defensor da paz, Richard Falk, escreveu no *The Nation* que esta é “a primeira guerra verdadeiramente justa desde a Segunda Guerra Mundial”. Robert Kuttner, outro defensor importante da justiça social, declarou no *The American Prospect* que apenas pessoas da extrema esquerda podem acreditar que esta não seja uma guerra justa. (ZINN, 2001)

Portanto, o que se percebe é que a guerra é aceitável desde que os motivos para sua deflagração sejam justos; uma guerra é justa se e somente se as causas forem justas. Liga-se ao conceito de guerra, o de justiça.

Howard Zinn segue o artigo fazendo analogia entre o terrorismo e a guerra. Para ele ambos envolvem a morte de pessoas inocentes, cujos assassinos acreditam ser para um bom fim e nega a existência de diferença entre as ações terroristas – que matam inocentes deliberadamente – e as ações militares na guerra em que a morte de civis e inocentes é considerada um “efeito colateral”. Daí a propaganda de guerra usar os termos “alvos militares” para designar uma ação preocupada em poupar civis. Sobre isso, Zinn cita uma frase emblemática do presidente Truman: “O mundo irá notar que a primeira bomba atômica caiu em Hiroshima, uma base militar. Isto porque nós queríamos neste primeiro ataque evitar, na medida do possível, a morte de civis”. (ZINN, 2001). A denúncia do autor é que o termo “alvos militares” cobre toda uma sorte de alvos que incluem populações civis. O bombardeio à infraestrutura elétrica do

Iraque, durante a Guerra do Golfo, por exemplo, paralisou todo o sistema de saneamento e purificação de água e levou a epidemias causadas pela água contaminada, matando crianças e outros civis. Tais mortes não podem, segundo ele, ser chamadas de acidentais.

Além dos jargões “efeito colateral”, “guerra justa”, “alvos militares”, há ainda a justificativa para iniciar uma guerra: a legítima defesa. Todos esses jargões compõem um conjunto de princípios que tornam uma guerra aceitável ou justificável.³ (GORRY, 2000; BONANATE, 2001; BOBBIO, 2003). O primeiro admite como inevitável a morte de civis. Retira-se, com isto, da guerra, sua natureza criminosa e cria-se um padrão de aceitação geral desta “inevitabilidade” de mortes.

As campanhas militares devem ser adequadas aos princípios de guerra, formados pela tradição, sendo que estes princípios não estão cristalizados, sofrendo constantes reformulações frente às experiências de guerra. Um exemplo disto foram as reformulações verificadas na Guerra do Golfo, em face da experiência traumática da Guerra do Vietnã. Surgiram novos jargões que sinalizam a mudança de princípios: “guerra asséptica” ou “guerra cirúrgica” em que, teoricamente, apenas alvos militares seriam atingidos.

A questão parece ser a polêmica em torno do significado da expressão “alvos militares”, que pretende significar a intenção de poupar vidas civis, mas que na prática pode ser um ataque a um armazém, indústria farmacêutica, dentre outros alvos estratégicos. Os debates em torno da aceitação de uma guerra pode ter um exemplo no comentário de Howard Zinn, ainda no mesmo artigo supracitado:

Scott Simon do NPR escreveu um comentário no The Wall Street Journal em 11 de outubro, intitulado “Até os mais pacifistas apoiam esta guerra”. Ele tentou usar a aceitação dos pacifistas da “legítima defesa”, que aprova uma resistência focada em um ataque imediato, para justificar esta guerra, que ele defende ser de “legítima defesa”. Mas o termo “legítima defesa” não é aplicado quando você lança bombas sobre todo um país e mata milhares de outras pessoas que não seus atacantes. (ZINN, 2001)

Este trecho esclarece três coisas. Em primeiro lugar, Scott Simon procura atribuir à guerra uma unanimidade através da coerção sutil do discurso: se nem os pacifistas são contra, quem será? Em segundo lugar, a polêmica em torno do que é legítima defesa e os limites para ações desta natureza. Neste caso, Howard Zinn, pacifista, limita a aceitação da “legítima defesa” a um “ataque imediato” contra os atacantes. Isto é aceitável. Portanto, o que se questiona aqui é a lógica da guerra, a saber, “na guerra, os meios – assassinatos indiscriminados – são imediatos e certos; os fins, apesar de desejáveis, são distantes e incertos.” (ZINN, 2001). Em terceiro lugar, a existência de um investimento discursivo no sentido de tornar uma guerra aceitável – um investimento que traduz a intenção de conseguir aprovação popular e unidade em torno do empreendimento de guerra – nos aponta a existência de uma resistência interna à ideia de intervenção militar. Isto porque a guerra, e sua deflagração, exigem justificativa moral para ser aceita, não sendo legítima por si mesma, especialmente após a Guerra do Vietnã.

Oficialmente é feito todo um esforço no sentido de criar em torno da guerra um sentido de unidade nacional. A comoção e o nacionalismo resultados dos ataques de 11 de setembro foram capitaneados pelo governo federal, que conseguiu reverter uma popularidade em constante queda em aprovação superior a 80%, o que torna possível identificar as bases religiosas do nacionalismo. (MARVIN and INGLE, 1996; ZELINSKY, 1988, p.232-245)

Naquele momento, posterior aos ataques, quase 90% dos norte-americanos apoiavam uma retaliação imediata, sendo que 65% eram favoráveis à intervenção militar. (PECEQUILO, 2003, p. 363-64). Em maio de 2004, com o Iraque ocupado, 35% da população apoiavam a ocupação.⁴ Posteriormente, às vésperas das eleições presidenciais de 2004⁵, Paul Krugman, analista do jornal *The New York Times*, entendia a vantagem do republicano George W. Bush sobre o seu adversário, o democrata John Kerry, como efeito da “psicologia de guerra”:

⁴ Nova Pesquisa reafirma queda de popularidade de Bush. In: *Folha Online*. 16/05/2004 – 13hs21m. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u72708.shtml>, com acesso em 16/05/2004.

⁵ Em um momento em que vieram à tona fatos que desmentiam as justificativas do governo Bush para a deflagração da guerra contra o Iraque e denunciavam torturas no presídio de Abu Ghraib.

Quando a psicologia de guerra ocupa o primeiro plano, o povo passa a acreditar, temporariamente, num plano de ‘realidade mítica’ em que a nossa nação representa o bem em estado puro, nossos inimigos são o mal em estado puro e qualquer um que não seja o nosso aliado é o nosso inimigo. A questão é que, quando a psicologia de guerra entra em ação, o povo quer desesperadamente acreditar em sua liderança, e passa a atribuir qualidades heroicas até ao mais medíocre dos comandantes.” (KRUGMAN, 2004)

Ao oferecer uma explicação para um dado conjuntural – a vantagem de Bush, então presidente, sobre Kerry – Krugman lança luz sobre o poder da guerra como mecanismo de mobilização nacional nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se posiciona à margem da “realidade mítica” e fora do alcance da “psicologia de guerra”: “o povo passa a acreditar[...]”. Esta fala representa os limites do mito da guerra nos Estados Unidos, e oferece uma explicação para o seu poder: a criação de uma realidade idealizada. O que Krugman chama de “psicologia de guerra” pode ser entendido como nacionalismo e é possível identificar sua ligação com o mito da fronteira no imaginário nacional norte-americano. Em uma matéria no Jornal The New York Times, em 20 de Março de 2004, David Stout reproduz o seguinte discurso do então presidente George W. Bush no salão Leste da Casa Branca, para europeus e norte-americanos:

Interessa a todos os países e é dever de todos os governos lutar e destruir essa ameaça ao nosso povo. Existe uma linha divisória no nosso mundo, que não está traçada entre as nações ou entre religiões ou culturas. É uma linha divisória que separa duas visões relativas à justiça e ao valor da vida. (STOUT, 2004)

Ao traçar a “linha divisória no nosso mundo” Bush opõe civilização à barbárie: de um lado a justiça e a vida e de outro o oposto. Mais do que isto, ao criar a linha fronteira, Bush evoca todo um imaginário nacional construído na longa duração de expansão da fronteira e se firma como líder empreendedor sob a retórica da fé e da virtude.

2.2. Vietnã; a derrota da narrativa dominante de nação.

No livro “Crimes de Guerra no Vietnã”, de 1967 – e editado no mesmo ano no Brasil – Bertrand Russel reproduziu uma polêmica entre ele e o editor do New York Times, entre março e julho de 1963. Russel notou que, já em 1962, o jornal noticiava o uso de armas químicas na Guerra do Vietnã. A questão é que fatos importantes, quando anunciados, eram “enterrados em páginas internas dos jornais”. Segundo o filósofo, a imprensa, de uma forma geral, se recusou a “esboçar uma pintura coerente da guerra”, restringindo-se a comentários corriqueiros e críticas periféricas. Contra as dificuldades de informação sobre a Guerra do Vietnã, Russel adotou os seguintes passos: estudou a guerra através de publicações ocidentais e vietnamitas; enviou regularmente observadores à Indochina por intermédio da fundação Bertrand Russel para a Paz, para que voltassem com relatório de “primeira mão”; e “ergueu a voz” sempre que possível. (RUSSEL, 1967)

De um lado a indignação de Bertrand Russel com o que ele chama de “guerra de destruição” e que mais tarde seria designada de “guerra suja”. De outro, a crítica do editor do jornal ao uso da expressão e a defesa, apesar de afirmar o contrário, da atuação dos Estados Unidos no Vietnã:

O governo dos Estados Unidos não está sustentando uma “guerra de destruição” no Vietnã. Há mais ou menos uns 12.000 americanos lá, uniformizados funcionando como assessores e treinadores, e cujo equilíbrio, moderação e bom-senso muito bem têm feito. Seu objetivo não é a “manutenção de um regime brutal e feudal no Sul e o extermínio de todos os que a ele resistem”, e, sim, o de impedir que as guerrilhas armadas comunistas tomem conta de todo o país, estimuladas, e em parte equipadas, treinadas, conduzidas e organizadas pelo Vietnã do Norte, ou pela China Comunista, ou por ambos. Na terra do Nunca em que vive o Sr. Russel, ele torce a infiltração comunista no Sul, transformando-a em um imaginário programa dos Estados Unidos de invadir o Norte.

O napalm foi usado pela força aérea vietnamita do Sul contra reais ou imaginários abrigos de guerrilheiros vietcongs. Sua utilização por certo atingiu pessoas inocentes, como outras armas têm atingido em outras guerras. Os assessores americanos se opuseram a seu emprego, tanto pelo aspecto moral quanto prático, contra tudo que

não fosse alvo militar claramente identificado. Produtos químicos de desflorestamento (desfolhantes comuns para plantações) têm sido amplamente usados, em tentativas, aliás de limitado sucesso, de impedir que a folhagem espessa da selva cresça próximo às linhas de comunicação e às bases aéreas. (RUSSEL, 1967, p. 9)⁶

Com base na polêmica Russel/New York Times, será analisada a noção de guerra justa e sua tradição como um conjunto de princípios que regulamentam a intervenção militar para os países democráticos. Em primeiro lugar vale chamar a atenção para a importância do valor moral da guerra presente tanto em Bertrand Russel, com o uso da noção de “guerra de destruição” (qual guerra não é?), quanto no discurso do editor do jornal, que sinaliza, a despeito do embate de visões sobre a guerra, uma mesma matriz moral ancorada na tradição ocidental de julgar uma guerra.

Para Jonathan Gorry, a concepção da tradição da guerra justa começa com a ideia de que a guerra pode ser justificada, desde que sejam cumpridas certas condições. Tal tradição concilia um dos traços centrais da moral do senso comum, a proibição de se tirar vidas humanas, com uma das principais características da história humana: a prevalência da guerra. (GORRY, 2000)

O significado de “justa” sugere que apenas um dos lados do conflito está perseguindo a causa justa. Os dois lados não podem afirmar estar respondendo a uma agressão – legítima defesa – desfazendo uma injustiça ou prevenindo um mal iminente. Isto não impede que ambos os lados acreditem que possuam a causa justa. São dois os princípios manifestados na tradição: a justiça para a guerra e a justiça na guerra. O primeiro determina sobre que bases é apropriado deflagrar a guerra, enquanto o segundo controla a sua condução.

Justiça para a guerra (*ius ad bellum*) inclui que: 1) uma guerra deve ser empreendida por uma entidade legal (o Estado ou as Nações Unidas), e 2) travada por uma “causa justa” (isto é, legítima defesa ou resposta a um ato injusto). As pessoas

⁶ Esta posição favorável ao governo não se manteve por toda a guerra. Com a divulgação do massacre de My Lai, em 1969, pela imprensa e pela televisão, a mídia passou a condenar a participação dos Estados Unidos na guerra.

que recorrem à guerra devem ter: 3) o motivo justo (a intenção de assegurar o bem, combater o mal e garantir a paz para todos), e 4) a guerra deve ser sempre o último recurso (satisfeito quando a tentativa de solução não violenta, intermediação usual, foi exaurida). Deve haver 5) uma declaração formal de guerra (para colocar o confronto em bases legais e definir o relacionamento dos beligerantes), 6) uma perspectiva razoável de sucesso (caso contrário grandes perdas podem se dar) e 7) o bem previsto deve ser maior que os prováveis efeitos negativos da guerra.

Contudo, a guerra só pode ser considerada justa se, e somente se, também satisfizer um segundo grupo de requisitos – aqueles da “justiça na guerra” (*ius in bello*). Isto coloca a necessidade por: 8) proporcionalidade (de antecipar o dano e os custos dos bons resultados esperados) e 9) discriminação (proteção dos civis). (GORRY, 2000)

Assim, para o julgamento de uma guerra como justa ou injusta, não bastam as suas justificativas que legitimam três tipos de guerra: a guerra de defesa, a guerra de reparação de uma ofensa e a guerra punitiva. Em comum, a característica de “[...] ser uma resposta a uma ofensa alheia, ou seja, um ato sancionador” (BOBBIO, 2003, p. 121). É preciso, além da sua legitimidade, a sua legalidade, entendida como “disciplina do exercício de um direito” conforme as regras estabelecidas.

O julgamento da guerra como justa ou injusta parte da premissa que a guerra é um meio. Assim, Bobbio identifica duas tendências no curso do pensamento político dos últimos séculos:

“[...] (a) a tendência segundo a qual nem todas as guerras são injustas e, correlativamente, nem todas as pazes são justas, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre é um valor; (b) tendência segundo a qual tanto a guerra quanto a paz não são valores absolutos ou intrínsecos mas relativos e extrínsecos, com a consequência de que, com base no princípio de que o valor do meio depende do valor do fim, uma guerra pode ser boa se o fim a que tende é bom, e a paz é boa apenas quando o resultado que dela decorre é bom.” (BOBBIO, 2003, p. 149-150)

Se a teoria da guerra justa distingue as guerras boas das más, ainda é possível, dentro da concepção que encara a guerra como mal, encontrar no mal um

bem que está escondido ou que é seu derivado. (BOBBIO, 2003, p. 86). Assim, a guerra pode tanto ser entendida como mal aparente como mal necessário, sendo que no segundo caso a ideia de progresso é um elemento quase que constante.

“O modo mais comum de justificar a guerra como mal necessário foi ligá-la à ideia de progresso. O progresso teria passado, ou pelo menos passado até agora necessariamente, pela guerra: não se pode conceber progresso sem guerra. Por mais dura, áspera e dolorosa que seja a guerra, ela é uma via obrigatória através da qual passa a história como história do progresso humano.” (BOBBIO, 2003, p. 90)

Bobbio enumera as teorias que consideram a guerra uma via obrigatória para o progresso:

“1. A guerra serve ao progresso moral: se não houvesse a guerra não se desenvolveria nenhuma virtude, como a coragem, o espírito de sacrifício e de solidariedade, numa palavra, as virtudes civis sem as quais a humanidade teria permanecido um rebanho ou um ninho de cupim. [...]

2. A guerra serve ao progresso civil: A consideração da guerra entre os chamados ‘fatores de civilização’ é um dos traços comuns de toda filosofia do progresso: a guerra é um grande meio de comunicação entre os homens; na guerra as civilizações se encontram e se mesclam; as civilizações superiores subjagam as inferiores; procedem ao mesmo tempo tanto ao gradual aperfeiçoamento das instituições quanto à lenta mas inexorável unificação da espécie humana. [...]

3. A guerra serve ao progresso técnico. Que as capacidades inventivas do homem sejam estimuladas pela pesquisa de meios cada vez mais potentes para vencer e destruir o adversário é uma constatação que recebeu contínuas confirmações.” (BOBBIO, 2003, p. 90-92) Grifos do autor.

Com isto é possível inserir o mito da guerra nos Estados Unidos, na tradição ocidental de justiça da guerra. Torna-se compreensível a fala de um ativista antiguerra, como foi Bertrand Russel, ao considerar a guerra do Vietnã uma guerra de destruição, uma guerra injusta.

3. Criação do consenso; a mídia como mecanismo de legitimação da guerra.

Segundo Noam Chomsky, a primeira operação moderna de propaganda governamental aconteceu sob a administração de Woodrow Wilson, eleito em 1916 com a plataforma “Paz Sem Vitória”, durante a Primeira Guerra Mundial. Para Chomsky, a população era extremamente pacifista e a administração de Wilson, comprometida com a guerra, criou um comitê de propaganda governamental, chamada “Comissão Creel”, que “...conseguiu, em seis meses, transformar uma população pacifista em histéricos beligerantes, determinados a destruir tudo o que fosse germânico, esquarterjar alemães, ir à guerra e salvar o mundo.”. (CHOMSKY, 2003, p. 11)

A ideia da produção do consenso parte do princípio que cabe à elite compreender e administrar os interesses comuns que a opinião pública sozinha não consegue compreender.⁷ O autor evoca algumas personalidades importantes da mídia norte-americana do século XX, para identificar a ação desta mídia concernente à formação de opinião. Lança luz, desta forma, sobre um aspecto importante da sociedade norte-americana – a importância da mídia como um mecanismo de criação da unidade nacional.

A primeira personalidade citada por Chomsky é um dos teóricos da democracia liberal, e proeminente figura da mídia, Walter Lippmann. Este defendia a existência na democracia de várias classes de cidadãos: a classe especializada, que tem papel ativo na condução dos assuntos gerais, formada por pessoas que analisam, executam, tomam decisões e conduzem as coisas no sistema político, econômico e ideológico. Constitui pequena percentagem da população. Os outros constituem o “rebanho assustado”, cuja função é eleger um membro da classe especializada. Tal proposição é, segundo Chomsky, partilhada por intelectuais influentes, como Harold Lasswell, fundador da moderna disciplina da comunicação e um dos principais cientistas políticos norte-americanos nos anos 20-30 do século passado, e Reinhold

⁷ Chomsky nota a aproximação ideológica, neste aspecto, entre a teoria da democracia liberal e o marxismo-leninismo. p. 15.

Niebuhr, influente teórico e crítico de política externa, “guru” de George Kennan e dos intelectuais da família Kennedy. (CHOMSKY, 2003, p. 16-18)

Segundo o autor, Lasswell criticava a visão de que, em uma democracia, os homens são os melhores juízes de seus próprios interesses, pois não o são. Chamava isso de “dogmatismo democrático”. Argumentava que em uma sociedade militarista usa-se a violência para produzir consenso e em uma sociedade livre recorre-se às técnicas da propaganda. (CHOMSKY, 2003, p. 19). Poderíamos expandir esta proposição de Lasswell, tornando-a menos dicotômica, e concluir que em uma sociedade livre, democrática, nos moldes dos atuais Estados Unidos, as técnicas de propaganda são usadas também para promover a escalada militarista, que por sua vez, garante o cumprimento do mito civilizatório norte-americano. Tem cabido à propaganda governamental conciliar democracia e militarismo.

A respeito desta relação inusitada entre democracia e militarismo, a análise de Tocqueville é reveladora:

Não há guerra que, em um país democrático, não ponha em jogo a liberdade... Se não leva imediatamente ao despotismo pela violência, leva suavemente pelo hábito. Todos os que procuram destruir a liberdade no seio de uma nação democrática devem saber que o meio mais seguro e mais curto de fazê-lo é a guerra. Este é o primeiro axioma desta ciência...

Há, aliás, entre os costumes militares e os democráticos uma relação secreta que a guerra revela.

Os homens das democracias possuem naturalmente o desejo secreto de adquirir depressa os bens que almejam e de gozá-los tranquilamente. A maioria deles adora o risco e teme menos a morte do que o sofrimento. É com esse espírito que fazem tanto o comércio como a indústria; esse mesmo espírito, transportado por eles ao campo de batalha, leva-os a expor a vida para se assegurar, num momento, os prêmios da vitória.” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 304 e 306)

A democracia cria homens empreendedores que almejam a ascensão social. O militarismo possibilita o risco e a ascensão dos homens na hierarquia militar e desta, muitas vezes, para o reconhecimento popular e formação de uma promissora carreira

política.⁸ O caráter progressista une democracia e militarismo, mas o fim da liberdade mantém estas duas instituições inconciliáveis, ou submete uma à outra.

3.1 O crepúsculo da propaganda militar; o efeito Vietnã.

Durante a Guerra do Vietnã, os militares norte-americanos se depararam com a dificuldade de instilar entusiasmo em seus recrutas, dos quais vários se negaram ao alistamento. A resistência ao alistamento das décadas de 60 e 70 não teve precedentes nas guerras anteriores, não apenas por parte dos civis contrários à guerra, mas também de alguns membros das forças armadas. O trabalho de vender a ideia da guerra nunca havia se mostrado tão difícil. (SPRINGER, 1986 p. 95)

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Departamento de Guerra trouxe diretores de Hollywood, notadamente Frank Capra, para injetar drama em documentários com formato de filmes, que transmitiam o sentido de missão inspirada na retórica governamental sobre a guerra. Os filmes de propaganda da Segunda Guerra Mundial tinham um estilo identificado como dramático, hiperbólico, dependente de técnicas de montagem, com uma narração autoritária acompanhada de fatos excitantes. Os filmes adotavam o estilo confidente pressupondo espectadores que partilhavam seus valores, objetivos, e interpretação dos eventos em torno da oposição entre solidariedade nacional e o fascismo. Embora o isolacionismo tenha sido difundido durante a década de 30 e nos anos 1940-41, depois do ataque japonês sobre Pearl Harbor, deu lugar a um forte apoio para o envolvimento norte-americano na guerra. (SPRINGER, 1986, p. 95)

Na Guerra do Vietnã, os filmes de propaganda militar sofreram tanto uma mudança na proposta quanto no estilo. A proposta encontrada tanto na Segunda Guerra Mundial quanto na Guerra do Vietnã, segundo Claudia Springer, era a de motivar e educar as tropas, divergindo quanto à sua relação com os civis. Enquanto na Segunda Guerra os filmes eram exibidos tanto para as tropas quanto para os civis em

⁸ Colin Powell pode ser citado como um exemplo emblemático da ascensão política de um militar nos Estados Unidos. Emblemático por que é negro e na década de 1990 teve grandes chances de se tornar o primeiro presidente negro dos Estados Unidos.

cinemas públicos, na Guerra do Vietnã a exibição se limitou às tropas, com poucas exceções: o filme *Why Vietnam* (1965) foi distribuído nas faculdades e colégios, e a TV exibiu uma série de filmes do Departamento de Defesa no programa *Big Picture*. (SPRINGER, 1986, p. 96)

Springer avalia que o termo “propaganda” tinha significados diferentes nas duas guerras. Na Segunda Guerra o termo ainda não tinha o sentido pejorativo que tem hoje.

A propaganda era uma arma usual na guerra de ideias travadas contra o fascismo. Oficiais e estudiosos do governo americano estudaram a propaganda nazista, em parte para aprender como produzir seu próprio material igualmente persuasivo. Integrantes do Departamento de Guerra eram francos sobre o seu objetivo – educar as Forças Armadas e o público americano sobre as razões da guerra e da necessidade do envolvimento americano. O que tornou possível aos oficiais falarem abertamente de “propaganda” foi que pressupunham que o consenso americano em torno da causa – colocar fim à expansão do fascismo – estava acima da propaganda”. (SPRINGER, 1986, p. 96)

No período da Guerra do Vietnã, o consenso deu lugar ao conflito e o termo “propaganda” adquiriu uma conotação negativa, como resultado, para Springer, da escalada da Guerra Fria, das revelações das atrocidades nazistas e do crescimento do cinismo do público à retórica oficial. Isto definiu a limitação do público dos filmes de propaganda do Departamento de Defesa a círculos militares. Vale ressaltar que a televisão também cumpriu um papel importante na cobertura da guerra e aguçou a desconfiança nas versões oficiais.

Springer caracteriza os filmes do Departamento de Defesa à época da Guerra do Vietnã como filmes que abandonaram o tom bombástico e dramático, característicos dos filmes da Segunda Guerra Mundial e adotaram um tom sereno, mais contido, talvez no esforço de imitar o tom “objetivo” da cobertura da TV e passar a ideia de que a informação era real, e não fabricada. E conclui que enquanto a propaganda agressiva do governo construiu uma distinção clara entre “bem” versus “mal”, “eles” versus “nós”, durante a Segunda Guerra Mundial, na época da Guerra do Vietnã as contradições eram tão significativas que não foi possível para a propaganda

militar precisar as razões da guerra. O crepúsculo da propaganda militar se fazia no contexto da incredulidade nacional em relação a seus mitos fundadores, dentre os quais, o mito da fronteira e de suas instituições como o Exército, e a democracia.

3.2 A retomada militar dos anos 1980: a “revolução” reaganista.

Na década de 1970, a sociedade norte-americana viveu o que ficou conhecido como *national malaise*.⁹ A Guerra do Vietnã havia contribuído decisivamente para a perda de confiança da população norte-americana no governo. Nos anos 1980, a indústria cultural investiu pesadamente na Guerra do Vietnã como tema, com a publicação regular de livros especializados, republicações atualizadas distribuídas por todo território nacional, músicas que tratavam do tema, além da empreitada de Hollywood, que capitalizou as palavras tabus “lost” e “missing” para recordar o Vietnã. “...o público descobriu que o que eles antes imaginavam perdido era apenas ‘perdido em ação’”. (BERG, 1986, p. 116). Começava uma apropriação da perda para transformá-la em ganho.

Esse investimento maciço na guerra pela indústria cultural se fazia no contexto da retomada da política externa intervencionista por parte dos Estados Unidos. Foi com a promessa de retomar o lugar dos Estados Unidos no mundo que Ronald Reagan chegou ao poder. O novo presidente, eleito como o contraponto do presidente anterior, Jimmy Carter, resgatou o mito do excepcionalismo norte-americano e da realização do seu destino, a saber, a “promoção da paz e da liberdade global”. Era preciso derrotar o inimigo soviético. Em seus dois mandatos (1981 a 1989), Reagan reverteu as tendências negativas na política externa e interna¹⁰. Com relação à política externa, o primeiro mandato (1981-1985) foi marcado pela

⁹ A expressão foi cunhada por Carter em uma fala que ficou conhecida como “*malaise speech*”. O discurso é de 1979: Carter, Jimmy, “Address to the Nation”, 1979. IN: Hoffman, Elizabeth Cobbs and Gjerde, John. *Major Problems in American History*. Volume II: Since 1865. Boston, New York, Houghton Mifflin Company, 2002. P.439-440.

¹⁰ Contudo, a longo prazo a solução para acelerar o crescimento do país com uma combinação de corte de impostos, diminuição dos juros e aumento de investimentos, levou ao crescimento dos déficits comercial e orçamentário, reforçando a tese do declínio norte-americano na década de 90. (PECEQUILLO, 2003. p. 202).

retomada da Guerra Fria, numa fase de confrontação renovada, e o segundo mandato (1985-1989) caracterizou-se por um relacionamento mais cooperativo com a União Soviética. O papel de Reagan no fim da bipolaridade é controverso. (PECEQUILLO, 2003)

Portanto, do ponto de vista governamental, a primeira metade da década de 1980 é marcada pela necessidade de eliminação da vulnerabilidade militar dos Estados Unidos ante a União Soviética, por meio de um programa de rearmamento rápido e extensivo. (PECEQUILLO, 2003, p. 205) Além disto, era preciso revalorizar as instituições militares. Paralelamente, a indústria cultural retoma a Guerra do Vietnã como tema, e inicia um processo de restauração da imagem militar. Em Hollywood, a “campanha” é iniciada com o filme Top Gun (SUID, 1994), mas o prelúdio do resgate do militarismo se deu com o gênero “retorno ao Vietnã”, já no final da década de 1970, quando os filmes mostravam um desconforto para se tratar dos temas – os veteranos eram mostrados como seres perturbados e desajustados. Na década de 1980, os veteranos tornaram-se heróis nacionais, por voltarem ao Vietnã ou por se engajarem na luta interna contra o crime. (KELLNER, 2001. P.87-104)

Na sua campanha para presidente, Reagan restaurou o mito do cowboy, tendo sido ele mesmo um ator de Western tipo “B”. A aura heróica “séria”, Reagan adquiriu através do uso de imagens que o ligavam aos dois mais proeminentes astros do filme de Western, John Wayne e Clint Eastwood. Slotkin afirma:

“[...] o apelo de Reagan ao caráter heroico estava baseado inteiramente sobre referências de proezas imaginárias realizadas em um espaço mítico. A diferença entre eles [Harrison, Roosevelt e Reagan] indica a mudança que ocorreu na nossa cultura política no século XX: os mitos produzidos pela cultura de massa têm se tornado um substituto crível para a atuação política e histórica na autenticação do caráter e apelo político dos líderes políticos”. (SLOTKIN, 1992, p. 644)

William Henry Harrison explorou sua glória na luta contra os índios para ganhar a presidência em 1840. Theodore Roosevelt ganhou os títulos de “O presidente caubói” e “O cavaleiro de regimento” com base na sua experiência como xerife, cavaleiro de regimento da Guerra Hispano-Americana e pecuarista em seu

rancho em Dakota do Norte, onde viveu por dois anos antes de voltar a Nova Iorque e começar a sua carreira política.

Slotkin logo a seguir salienta que o mito/ideologia da “Revolução de Reagan” é muito mais do que a mera manipulação de uma imagem superficial. Para ele esta revolução representou uma recrudescência e revisão do mito da fronteira, segundo o qual o crescimento da riqueza, poder e virtudes “americanos” seria resultado de uma conjugação do crescimento econômico com “a expansão da política e a ‘regeneração’ moral através da execução da ‘guerra selvagem’”. (SLOTKIN, 1992, p. 645)

Com relação à política externa, abandonou a retórica da détente pelo “simbolismo apocalíptico” que rotulou a União Soviética de “império do mal” e “fundação do mal no mundo moderno”. (SLOTKIN, 1992, p. 649)

A “síndrome do Vietnã”¹¹ foi um problema que Reagan enfrentou revertendo o discurso da perda. Foi o porta-voz de um revisionismo histórico da Guerra do Vietnã, apresentando-a como nobre, altruísta, e que poderia ter sido vitoriosa se os políticos liberais de Washington não tivessem atado as mãos dos militares. Em mãos, tanto a tradição da história nacional e suas guerras e líderes emblemáticos, quanto a apropriação da imagem de cowboy como o herói nacional por meio da exposição midiática.

4. Conclusão:

Ao propor uma análise do mito da guerra nos Estados Unidos a partir das dissensões internas e das lutas políticas e culturais pela produção do consenso e da unidade nacional no período enfocado, pretendeu-se analisar o mito da guerra na cultura nacional norte-americana por meio da problematização dos binômios conflito/consenso e diferenças internas/unidade nacional. Não é possível responsabilizar a mídia como agência de construção do consenso, uma vez que os embates internos estão conflagrados na própria mídia. Foi possível identificar no processo de reconfiguração do mito da guerra, em dois momentos de crise da

¹¹ Crença de que os custos do engajamento norte-americano nos conflitos dos países de Terceiro Mundo (os derramamentos de sangue) ameaçariam o avanço antissoviético.

identidade nacional norte-americana, tanto as costuras discursivas da produção de uma ideia de nação unificada, quanto as fraturas desta identidade nacional. Uma identidade que tanto possibilita o sentimento de união, quanto de divisão.

Referências bibliográficas:

- BERG, Rick. "Losing Vietnam: Covering the War in an Age of Technology". IN: ROWE, J.C. Op. cit.
- BOBBIO, Norberto. *O Problema da Guerra e as Vias da Paz*. São Paulo, Editora UNESP, 2003.
- BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo, Estação Liberdade, 2001.
- CHOMSKY, Noam. "Lição de horror para um futuro de paz". *O Globo*. Domingo, 16 de setembro de 2001, caderno especial, p. 3.
- CHOMSKY, Noam. *Controle da Mídia; os espetaculares feitos da propaganda*. Rio de Janeiro, Graphia, 2003. P. 11.
- GORRY, John. "Just War" or Just War? The future(s) of a Tradition. IN: *Political Studies Association*. Blackwell Publishers, Oxford, UK/ Malden MA, USA. 2000.
- GORRY, Jon. "Just War" or Just War? The Future(s) of a Tradition. IN: *Political Studies Association*. Blackwell Publishers, Oxford, UK/Malden MA, USA. 2000. (Portal Capes)
- KRUGMAN, Paul. Guerra impede EUA de ver as mentiras de Bush. Espírito bélico cria necessidade de confiar no líder, diz historiador. In: *The New York Times*, 08/09/2004. (UOL MÍDIA GLOBAL). Acesso em: 08/09/2004.
- MARVIN, Carolyn and INGLE, David W. Blood Sacrifice and The Nation: Revisiting Civil Religion. In: *Journal of The American Academy of Religion*: 64(4), winter, 1996.
- MCGOWAN, David. *Derailing Democracy; The America The Media don't want you to see*. Common Courage Press.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. P. 365-366.
- ROBERTSON, James Oliver. *American Myth, American Reality*. New York, Hill & Wang, 1994, p. 324.
- RUSSEL, Bertrand. *Crimes de Guerra no Vietnã*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- SCOTT, Ian. "Mr. Innocence goes to Washington; Hollywood and the Mythology of American Politics." In: DAVIES, Philip John. *Representing and Imagining America*. Keele, Staffordshire, Keele University Press.
- SHAW, Martin. "Risk-Transfer Militarism, Small Massacres and the Historic Legitimacy of War" IN: *International Relations*. London, Sage Publications, 2002. (Portal Capes)
- SLOTKIN, Richard. *Gunfighter Nation; the Myth of the Frontier in Twentieth-Century America*. University of Oklahoma Press, 1992, pp. 643-44.

SPRINGER, Claudia. "Military Propaganda: Defense Department Films from World War II and Vietnam." IN. ROWE, Jonh Carlos and BERG, Rick.(ed.) *The Vietnam War and American Culture*. Ew York: Columbia University Press, 1986.

STOUT, David. No primeiro aniversário da guerra, Bush promete continuar a luta. *The New York Times*, 20/03/2004. UOL MÍDIA GLOBAL – acesso em 20/03/2004.

SUID, Lawrence. *The Military Movies*. 1997. Disponível em : www.cdi.org/adm.Transcripts/1020/transcript.html com acesso em 30/10/2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. "A Democracia na América". IN. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1979. P. 304 e 306.

WEISBERG, Jacob. "Apertem os cintos, o governo voltou." *Veja. A Reinvenção do Mundo*. Editora Abril, ano 3, nº51, 26 de Dezembro de 2001.

ZELINSKY, Wilbur. *Nation Into State; The Shifting of American Nationalism*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill & London, 1988.pp 232-345.

ZINN, Howard. "A just cause, not a just war. (It seems to me). *The Progressive*, 2001. www.findarticles.com/cf_0/m1295/12_65/80681013/print.html, com acesso em 14/08/2003.